



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 001/2018

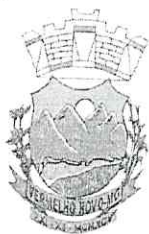
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

TERMO DE ENCAMINHAMENTO À ASSESSORIA JURIDICA

Cumprida as formalidades legais e atendendo à legislação vigente, encaminho o presente processo à Assessoria Jurídica para que se manifeste formalmente acerca dos autos.

Vermelho Novo – MG, 08 de fevereiro de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativovermelhonovo@hotmail.com

PARECER JURÍDICO

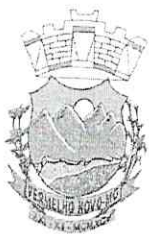
PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018

EMENTA: PARECER FINAL DE LICITAÇÃO.
APROVAÇÃO. LEGALIDADE DO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Vermelho Novo/MG requereu parecer referente à legalidade do Pregão Presencial 001/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de preparo de documentos e informações para alimentação dos diversos sistemas do tribunal de contas de Minas Gerais-TCE/MG; acompanhamento e digitação de textos em site próprio para atendimento ao portal da transparência; preenchimento de formulários para alimentação de softwares próprios.

1. Inicialmente, se faz necessário uma análise quanto ao ato da publicidade do procedimento licitatório, verifica-se que ocorreu devidamente publicado conforme consta nos autos, tem-se extrato o publicado no átrio da Câmara Municipal e extrato publicado em jornal de circulação local e regional, fazendo assim cumprir as exigências da Lei do pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativovermelhonovo@hotmail.com

Salienta, ainda, que entre a publicação e a realização do evento fora observado o prazo mínimo de 08 dias úteis (art.4, inciso V, Lei 10.520/02), satisfazendo a exigência legal.

2. Ademais, requisitos essenciais já foram cumpridos e analisados no parecer jurídico anterior, tais como: autorização do gestor para início do procedimento; constituição de comissão permanente de licitação-CPL; previsão de recursos orçamentários; edital de licitação; minuta de contrato; termo de referência.

3. Além disso, a ata de julgamento demonstra toda a lisura praticada no procedimento, indicando, ao fim, pelo pregoeiro a proposta vencedora.

4. Sendo assim, o processo licitatório cumpriu as formalidades legais, não se vislumbrando vício no mesmo. A licitação ocorreu conforme determina a legislação, em especial as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

Portanto, esta Assessoria Jurídica entende por bem, que a Câmara Municipal de Vermelho Novo/MG, assine os termos de homologação e efetue a contratação do licitante vencedor.

É o parecer.

S.M.J.

Vermelho Novo, 15 de fevereiro de 2018.


MAYCON JOSÉ VENTURA

OAB/MG 160.763



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 001/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

Encaminho para apreciação, os autos do presente certame contendo todas as peças apresentadas junto à Comissão de Licitação para manifestação de V. Exma.

Vermelho Novo – MG, 15de fevereiro de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro Oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 001/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando o disposto na legislação vigente e analisadas as peças integrantes deste processo, homologo seu objeto à(s) empresa(s) pela execução plena e integral do objeto demandado nesta licitação, conforme planilha abaixo:

EMPRESA / CNPJ	VALOR (R\$)
BORGES E RODRIGUES ASSESSORIA LTDA-ME CNPJ N.º 21.692.422/0001-45	20.350,00
TOTAL GERAL (R\$)	20.350,00

Determino ainda a adoção de medidas cabíveis para a contratação.

Publique-se e junte-se aos autos.

Vermelho Novo – MG, 16 de fevereiro de 2018.



Maria Aparecida Santos Luiz Lopes
Vereadora-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

DESPACHO DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 001/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

CERTIDÃO

Atendendo determinação legal, certifico para os devidos fins de direito que o extrato do ATO DE HOMOLOGAÇÃO deste certame foi publicado no lugar de costume, em estrito atendimento aos requisitos legais vigentes, em especial à Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Orgânica Municipal.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente para que se produza seus legais e legítimos efeitos.

Vermelho Novo – MG, 16 de fevereiro de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro Oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2018.

UNIDADE REQUISITANTE: Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 001/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA DE VERMELHO NOVO E A EMPRESA
BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1 – CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 02.274.604/0001-51, com sede e administração à Rua Paulo Lopes, nº 106 – Centro – Vermelho Novo – MG, CEP 35.359-000, inscrita no CNPJ 02.274.604/0001-51, neste ato representado pela Vereadora-Presidente, Senhora Maria Aparecida Santos Luiz Lopes brasileira, casada, agente político, portadora do RG MG-21.957.864 SSP/MG e do CPF nº 304.538.793-49, residente e domiciliada à Rua Cândido Gonçalves - 21 – Centro - Vermelho Novo-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.692.422.0001-45, com sede em Vermelho Novo/MG à Praça Firmino Pinto – 32 – Loja 01 – Centro, neste ato representada pelo Senhor WALDINEY GERALDO RODRIGUES, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 053.058.086-18, residente e domiciliado em Vermelho Novo/MG, à Rua José Corinto Costa-10-Centro, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2018, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 – O presente instrumento tem por objetivo prestação de serviços de preparo de documentos e informações para alimentação dos diversos sistemas do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG; acompanhamento e digitação de textos em site próprio para atendimento ao portal da transparência; preenchimento de formulários para alimentação de softwares próprios, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 – O presente contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre 16 de fevereiro de 2018 e terminando em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOSSERVIÇOS:

4.1 – A execução do objeto deste contrato será mediante ordem de fornecimento, emitida pelo departamento de compras, devendo a CONTRATADA providenciar a respectiva execução em até dois dias úteis a contar de seu recebimento, sem nenhum custo para o Legislativo Municipal;

4.2 - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo Legislativo Municipal, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto;

4.3 - A CONTRATADA, se compromete a manter junto à Câmara de Vermelho Novo, todas as condições de habilitação apresentadas no PAC n.º 001/2018, na forma do Inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

4.4 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc;



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

4.5 - O presente instrumento de contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do Legislativo Municipal por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - O valor global do presente contrato está fixado em R\$ 20.350,00 (vinte mil e trezentos e cinquenta reais), estimativamente, divididos em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais);

5.2 - As faturas serão emitidas em reais;

5.3 - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Vermelho Novo de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 do mês subsequente ao vencido;

5.4 - O pagamento à licitante somente será realizado mediante o efetivo fornecimento dos serviços, nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela secretaria solicitante;

5.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida, pela CONTRATADA, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.3 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

5.6 - O pagamento devido pelo Legislativo Municipal será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

5.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato ou equivalente;

5.8 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao Legislativo Municipal plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

6.1 – Os recursos financeiros para o pagamento desta despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: 0102.0103100015.001.339039 - Ficha n.º 15

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

7.1 – Este contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.3 – O presente contrato poderá ser prorrogado a critério exclusivo da administração, nos termos do Inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 mediante justificativa fundamentada da autoridade competente reduzida a termo nos autos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 - O Legislativo Municipal e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica, devidamente fundamentados, do

(Handwritten signature)



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação trimestral do INPC (FGV). Entretanto, esta variação será calculada apenas depois da assinatura deste contrato;

8.3 - Quando não for possível o reequilíbrio do contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

CLÁUSULA NONA – DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO:

9.1 – Independente de transcrição, fica fazendo parte integrante deste contrato, como se nele estivesse transcrito todo o processo licitatório que lhe deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

10.1 – O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 – O Legislativo Municipal poderá a qualquer tempo promover análises no objeto adquirido, devendo a CONTRATADA favorecer tal análise sob pena de lhe ser aplicada às penalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93;

10.3 – Após análise, caso seja apontada alguma alteração no objeto, este fato será formalmente comunicado à CONTRATADA, que será obrigada a promover os ajustes e recomendações necessárias, dentro de prazo a ser estipulado pelo Legislativo Municipal. Caso as alterações acarrete danos a qualquer veículo do Legislativo Municipal, a CONTRATADA ressarcirá integralmente pelos danos causados;

10.5 – O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo exigir da CONTRATADA o certificado, emitido pelo órgão técnico competente de qualidade dos materiais adquiridos, quando for o caso;

10.6 – Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO:

11.1 – O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 50% (cinquenta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o Legislativo Municipal, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal nº 8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela administração;

11.2 – O atraso injustificado da CONTRATADA, para efetuar o fornecimento dos serviços ora contratados, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do contrato;

11.3 – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do CONTRATANTE, às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4 – A inexecução total ou parcial de uma das cláusulas do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos art. 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 87 da mesma lei;

8.5 – O atraso injustificado na execução do contrato (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93) acarretará em penalidades para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

12.1 – A rescisão contratual poderá ser:



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

12.1.1 – Determinada por ato unilateral e devidamente fundamentado pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante comunicação formal e prévia à CONTRATADA, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias e autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, desde que haja conveniência para administração;

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração, com as consequências previstas no item 11.4, deste contrato;

12.3 – Constituem motivos para rescisão, o previsto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.5 – A rescisão contratual pelos motivos previstos no inciso I do art. 78 acarretará todas as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:

13.1 – Extrato do presente instrumento deverá ser publicado no lugar de costume da Câmara Municipal de Vermelho Novo, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Raul Soares – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Vermelho Novo – MG, 16 de fevereiro de 2018.


LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO
CONTRATANTE


BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME
CONTRATADA

1ª Testemunha: , ID 16236518

2ª Testemunha: _____, ID _____



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2018.
UNIDADE REQUISITANTE: Gabinete da Presidência
PROCESSO Nº 001/2018 **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA DE VERMELHO NOVO E A EMPRESA
BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1 – CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 02.274.604/0001-51, com sede e administração à Rua Paulo Lopes, nº 106 – Centro – Vermelho Novo – MG, CEP 35.359-000, inscrita no CNPJ 02.274.604/0001-51, neste ato representado pela Vereadora-Presidente, Senhora Maria Aparecida Santos Luiz Lopes brasileira, casada, agente político, portadora do RG MG-21.957.864 SSP/MG e do CPF nº 304.538.793-49, residente e domiciliada à Rua Cândido Gonçalves - 21 – Centro - Vermelho Novo-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.692.422.0001-45, com sede em Vermelho Novo/MG à Praça Firmino Pinto – 32 – Loja 01 – Centro, neste ato representada pelo Senhor WALDINEY GERALDO RODRIGUES, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 053.058.086-18, residente e domiciliado em Vermelho Novo/MG, à Rua José Corinto Costa-10-Centro, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2018, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 – O presente instrumento tem por objetivo prestação de serviços de preparo de documentos e informações para alimentação dos diversos sistemas do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG; acompanhamento e digitação de textos em site próprio para atendimento ao portal da transparência; preenchimento de formulários para alimentação de softwares próprios, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 – O presente contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre 16 de fevereiro de 2018 e terminando em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 – A execução do objeto deste contrato será mediante ordem de fornecimento, emitida pelo departamento de compras, devendo a CONTRATADA providenciar a respectiva execução em até dois dias úteis a contar de seu recebimento, sem nenhum custo para o Legislativo Municipal;

4.2 - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo Legislativo Municipal, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto;

4.3 - A CONTRATADA, se compromete a manter junto à Câmara de Vermelho Novo, todas as condições de habilitação apresentadas no PAC n.º 001/2018, na forma do Inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

4.4 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc;

(Handwritten signature)



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

4.5 - O presente instrumento de contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do Legislativo Municipal por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - O valor global do presente contrato está fixado em R\$ 20.350,00 (vinte mil e trezentos e cinquenta reais), estimativamente, divididos em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais);

5.2 - As faturas serão emitidas em reais;

5.3 - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Vermelho Novo de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 do mês subsequente ao vencido;

5.4 - O pagamento à licitante somente será realizado mediante o efetivo fornecimento dos serviços, nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela secretaria solicitante;

5.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida, pela CONTRATADA, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.3 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

5.6 - O pagamento devido pelo Legislativo Municipal será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

5.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato ou equivalente;

5.8 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao Legislativo Municipal plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

6.1 - Os recursos financeiros para o pagamento desta despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: 0102.0103100015.001.339039 - Ficha n.º 15

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

7.1 - Este contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.3 - O presente contrato poderá ser prorrogado a critério exclusivo da administração, nos termos do Inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 mediante justificativa fundamentada da autoridade competente reduzida a termo nos autos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 - O Legislativo Municipal e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica, devidamente fundamentados, do



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.358-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação trimestral do INPC (FGV). Entretanto, esta variação será calculada apenas depois da assinatura deste contrato;

8.3 - Quando não for possível o reequilíbrio do contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

CLÁUSULA NONA – DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO:

9.1 – Independente de transcrição, fica fazendo parte integrante deste contrato, como se nele estivesse transcrito todo o processo licitatório que lhe deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

10.1 – O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 – O Legislativo Municipal poderá a qualquer tempo promover análises no objeto adquirido, devendo a CONTRATADA favorecer tal análise sob pena de lhe ser aplicada às penalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93;

10.3 – Após análise, caso seja apontada alguma alteração no objeto, este fato será formalmente comunicado à CONTRATADA, que será obrigada a promover os ajustes e recomendações necessárias, dentro de prazo a ser estipulado pelo Legislativo Municipal. Caso as alterações acarrete danos a qualquer veículo do Legislativo Municipal, a CONTRATADA ressarcirá integralmente pelos danos causados;

10.5 – O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo exigir da CONTRATADA o certificado, emitido pelo órgão técnico competente de qualidade dos materiais adquiridos, quando for o caso;

10.6 – Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO:

11.1 – O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 50% (cinquenta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o Legislativo Municipal, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal nº 8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela administração;

11.2 – O atraso injustificado da CONTRATADA, para efetuar o fornecimento dos serviços ora contratados, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do contrato;

11.3 – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do CONTRATANTE, às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4 – A inexecução total ou parcial de uma das cláusulas do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos art. 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 87 da mesma lei;

8.5 – O atraso injustificado na execução do contrato (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93) acarretará em penalidades para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

12.1 – A rescisão contratual poderá ser:



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

12.1.1 – Determinada por ato unilateral e devidamente fundamentado pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante comunicação formal e prévia à CONTRATADA, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias e autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, desde que haja conveniência para administração;

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração, com as consequências previstas no item 11.4, deste contrato;

12.3 – Constituem motivos para rescisão, o previsto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.5 – A rescisão contratual pelos motivos previstos no inciso I do art. 78 acarretará todas as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:

13.1 – Extrato do presente instrumento deverá ser publicado no lugar de costume da Câmara Municipal de Vermelho Novo, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Raul Soares – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Vermelho Novo – MG, 16 de fevereiro de 2018.


LEGISLATIVO MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO
CONTRATANTE


BORGES & RODRIGUES ASSESSORIA LTDA - ME
CONTRATADA

1ª Testemunha: , ID 16236518

2ª Testemunha: , ID 19080825